

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº       , DE 2003**  
**(Do Sr. MAX ROSENMANN e outros)**

“Concede legitimidade ativa ad causam aos Conselhos Federais de Fiscalização do Exercício Profissional para interpor Ação Direta de Inconstitucionalidade”.

**Art. 1º –** O art. 103, inciso VII da Constituição Federal, passa a ter nova redação:

*“VII - O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e os demais Conselhos Federais de Fiscalização do Exercício Profissional.”*

**JUSTIFICACÃO**

A Proposta de Emenda à Constituição que ora tenho a honra de apresentar, foi no ano de 2002, apresentada pelo então Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO (PFL/RJ), tendo sido arquivada na última legislatura, decorrente da não reeleição daquele parlamentar.

Diversos Conselhos Federais para melhor exercer suas atribuições, por diversas ocasiões, se viram obrigados a ingressar com Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Tendo o Egrégio Supremo Tribunal Federal decidido, *verbis*:

“No rol dos legitimados para ação direta de inconstitucionalidade tem-se alusão única ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Vê-se que o legislador constituinte distinguiu o gênero “entidade de classe de âmbito nacional” da espécie, considerados os conselhos. O fato levou o Plenário desta Corte a concluir que somente o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é parte legítima, entre as entidades do gênero, para o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade, objetivando o controle concentrado. Eis como ficou a tese sufragada LEGITIMIDADE - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE — Conselhos - AUTARQUIAS CORPORATIVAS. O rol do artigo 103 da Constituição Federal é exaustivo quanto à legitimação para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade. Os denominados conselhos, compreendidos no gênero autarquia” e tidos como a consubstanciar a espécie corporativista não se enquadram na previsão constitucional relativa às entidades de

(ADI Nº 1997/RJ Conselho Federal de Medicina Veterinária  
X Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Rel. Min. Marco Aurélio).

A regulamentação do exercício profissional é privativa da União. Mas, comumente diversas esferas de Poder Executivo: Estaduais e Municipais, têm extrapolado ao normatizar ações de profissões regulamentadas.

Este fato, por si só, enseja a interposição de Ações Diretas de Inconstitucionalidades, que como se pode ver pelos exemplos acima citados, não prosperam pelo entendimento jurídico da falta de legitimidade.

Urge, fazer-se justiça pois não podem Entidades com finalidade de defender suas respectivas profissões, serem alijadas do processo judicial -por não serem entidades de classes de representação nacional, nem serem consideradas Conselhos no sentido clássico, como por exemplo, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; criando com essa omissão um vazio jurídico.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2003.

Deputado MAX ROSENMAN